



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.868-A, DE 2016** **(Do Sr. Luiz Carlos Hauly)**

Cria o Fundo Nacional Pro-Água, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ARNALDO JORDY).

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;  
DESENVOLVIMENTO URBANO;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **SUMÁRIO**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

## **CAPÍTULO I**

### **DO FUNDO NACIONAL DE ÁGUA E ESGOTO**

Art. 1º Fica criado o Fundo Nacional Pró-Água, de natureza contábil e financeira, com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de:

I – Infraestrutura de saneamento básico;

II – Erradicação dos lixões;

III – Tratamento dos resíduos sólidos..

Parágrafo único. Os projetos e programas de que trata o **caput** observarão o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 2º O Fundo Nacional Pró-Água tem por objetivos:

I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;

II - oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e programas nas áreas de infraestrutura de saneamento básico, erradicação dos lixões e tratamento de resíduos sólidos e de sustentabilidade ambiental;

Parágrafo único. É vedado ao Fundo Nacional Pró-Água, direta ou indiretamente, conceder garantias.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS RECURSOS**

### **DO FUNDO NACIONAL DE ÁGUA E ESGOTO**

Art. 3º Constituem recursos do Fundo Nacional de Água e Esgoto:

I – Recursos orçamentários;

II – Receita oriundos de pagamentos de empréstimos efetuados por Estados e Municípios;

III- a parcela dos **royalties** que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção;

IV - a receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;

V - os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;

VI - outros recursos que lhe sejam destinados em lei.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

#### **DO FUNDO NACIONAL PRÓ-ÁGUA**

Art. 4º A política de investimento do Fundo tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 1º.

Art. 5º A política de investimentos do Fundo Nacional Pró-Água será realizada pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo.

§ 1º O CG Pró-Água terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Aos membros do CG Pró-Água cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CGFFNAE serão custeadas pelo Fundo.

Art. 6º Cabe ao CGFFNAE definir:

I- O montante a ser, anualmente, resgatado do Fundo, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no em cada unidade da federação e no município.;

Art. 7º A União, a critério do Conselho Gestor, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FNAE, as quais farão jus a remuneração pelos serviços prestados.

Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 8º. O descumprimento dos prazos previsto no artigo 8º acarretará a suspensão do repasse de recursos da União, ou por ela controlados, bem como os incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade para o Município

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

Em 1988, quando na época fui Secretário de Estado da Fazenda do Paraná, elaborei juntamente com minha equipe de trabalho, na gestão do então Governador Álvaro Dias, o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano que foi extremamente importante para que o Paraná se tornasse um dos Estados com os melhores sistemas de saneamento básico do País.

Este Fundo no Estado do Paraná é um dos maiores potenciais de investimento, sendo um dos maiores incrementadores de geração de emprego e do desenvolvimento sustentável de todo o Estado.

Assim, urge a criação de um Fundo a nível nacional para tratar exclusivamente desta questão do tratamento dos resíduos sólidos e erradicação de lixões, crucial para o desenvolvimento sustentável de nosso país.

Conto com o apoio dos nobres pares à presente proposição.

Sala das Sessões, 30 março de 2016.

**DEP. LUIZ CARLOS HAULY**

**PSDB-PR**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964**

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**CAPÍTULO II**  
**DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL**

.....

Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República: [\*“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 6.045, de 15/05/74\*](#)

I - Autorizar as emissões de papel-moeda (VETADO) as quais ficarão na prévia dependência de autorização legislativa, quando se destinarem ao financiamento direto, pelo Banco Central da República do Brasil, das operações de crédito com o Tesouro Nacional, nos termos do artigo 49 desta Lei.

O Conselho Monetário Nacional pode, ainda autorizar o Banco Central da República do Brasil a emitir, anualmente, até o limite de 10% (dez por cento) dos meios de pagamentos existentes a 31 de dezembro do ano anterior, para atender as exigências das atividades produtivas e da circulação da riqueza do País, devendo, porém, solicitar autorização do Poder Legislativo, mediante Mensagem do Presidente da República, para as emissões que, justificadamente, se tornarem necessárias além daquele limite.

Quando necessidades urgentes e imprevistas para o financiamento dessas atividades o determinarem, pode o Conselho Monetário Nacional autorizar as emissões que se fizerem indispensáveis, solicitando imediatamente, através de Mensagem do Presidente da República, homologação do Poder Legislativo para as emissões assim realizadas:

II - Estabelecer condições para que o Banco Central da República do Brasil emita moeda-papel (VETADO) de curso forçado, nos termos e limites decorrentes desta Lei, bem como as normas reguladoras do meio circulante;

III - Aprovar os orçamentos monetários, preparados pelo Banco Central da República do Brasil, por meio dos quais se estimarão as necessidades globais de moeda e crédito;

IV - Determinar as características gerais (VETADO) das cédulas e das moedas;

V - Fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto à compra e venda de ouro e quaisquer operações em Direitos Especiais de Saque e em moeda estrangeira. [\*\(Inciso com redação dada pelo Decreto-Lei nº 581, de 14/5/1969\)\*](#)

VI - Disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações Creditícias em todas as suas formas, inclusive aceites, avais e prestações de quaisquer garantias por parte das instituições financeiras;

VII - Coordenar a política de que trata o art. 3º desta lei com a de investimentos do Governo Federal;

VIII - Regular a constituição, funcionamento e fiscalização dos que exercerem

atividades subordinadas a esta lei, bem como a aplicação das penalidades previstas;

IX - Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover:

- recuperação e fertilização do solo;
- reflorestamento;
- combate a epizootias e pragas, nas atividades rurais;
- eletrificação rural;
- mecanização;
- irrigação;
- investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias;

X - Determinar a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas;

XI - Estipular índices e outras condições técnicas sobre encaixes, mobilizações e outras relações patrimoniais, a serem observadas pelas instituições financeiras;

XII - Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras;

XIII - Delimitar, com periodicidade não inferior a dois anos o capital mínimo das instituições financeiras privadas, levando em conta sua natureza, bem como a localização de suas sedes e agências ou filiais;

XIV - Determinar recolhimento de até 60% (sessenta por cento) do total dos depósitos e/ou outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da Dívida Pública Federal, seja através de recolhimento em espécie, em ambos os casos entregues ao Banco Central do Brasil, na forma e condições que o Conselho Monetário Nacional determinar, podendo este:

a) adotar percentagens diferentes em função: - das regiões geoeconômicas; - das prioridades que atribuir às aplicações; - da natureza das instituições financeiras;

b) determinar percentuais que não serão recolhidos, desde que tenham sido reaplicados em financiamentos à agricultura, sob juros favorecidos e outras condições fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. [\(Inciso com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.959, de 14/9/1982\)](#)

XV - Estabelecer para as instituições financeiras públicas, a dedução dos depósitos de pessoas jurídicas de direito público que lhes detenham o controle acionário, bem como dos das respectivas autarquias e sociedades de economia mista, no cálculo a que se refere o inciso anterior;

XVI - Enviar obrigatoriamente ao Congresso Nacional, até o último dia do mês subsequente, relatório e mapas demonstrativos da aplicação dos recolhimentos compulsórios, (VETADO).

XVII - Regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quaisquer instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária;

XVIII - Outorgar ao Banco Central da República do Brasil o monopólio das operações de câmbio quando ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos ou houver sérias razões para prever a iminência de tal situação;

XIX - Estabelecer normas a serem observadas pelo Banco Central da República do Brasil em suas transações com títulos públicos e de entidades de que participe o Estado;

XX - Autoriza o Banco Central da República do Brasil e as instituições financeiras públicas federais a efetuar a subscrição, compra e venda de ações e outros papéis emitidos ou de responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas do Estado;

XXI - Disciplinar as atividades das Bolsas de Valores e dos corretores de fundos públicos;

XXII - Estatuir normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta lei;

XXIII - Fixar, até quinze (15) vezes a soma do capital realizado e reservas livres, o limite além do qual os excedentes dos depósitos das instituições financeiras serão recolhidos ao Banco Central da República do Brasil ou aplicados de acordo com as normas que o Conselho estabelecer;

XXIV - Decidir de sua própria organização, elaborando seu regimento interno no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

XXV - Decidir da estrutura técnica e administrativa do Banco Central da República do Brasil e fixar seu quadro de pessoal, bem como estabelecer os vencimentos e vantagens de seus funcionários, servidores e diretores, cabendo ao Presidente deste apresentar as respectivas propostas;

XXVI - Conhecer dos recursos de decisões do Banco Central da República do Brasil;

XXVII - aprovar o regimento interno e as contas do Banco Central do Brasil e decidir sobre seu orçamento e sobre seus sistemas de contabilidade, bem como sobre a forma e prazo de transferência de seus resultados para o Tesouro Nacional, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União. União. [\*Inciso com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25/11/1987\*](#)

XXVIII - Aplicar aos bancos estrangeiros que funcionem no País as mesmas vedações ou restrições equivalentes, que vigorem, nas praças de suas matrizes, em relação a bancos brasileiros ali instalados ou que nelas desejem estabelecer-se;

XXIX - Colaborar com o Senado Federal, na instrução dos processos de empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para cumprimento do disposto no art. 63, nº II, da Constituição Federal;

XXX - Expedir normas e regulamentação para as designações e demais efeitos do art. 7º, desta lei.

XXXI - Baixar normas que regulem as operações de câmbio, inclusive *swaps*, fixando limites, taxas, prazos e outras condições.

XXXII - Regular os depósitos a prazo de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive entre aquelas sujeitas ao mesmo controle acionário ou coligadas. [\*Inciso acrescido pelo Decreto-Lei nº 2.284, de 10/3/1986 e com nova redação dada pelo Decreto-lei nº 2.290, de 21/11/1986\*](#)

§ 1º O Conselho Monetário Nacional, no exercício das atribuições previstas no inciso VIII deste artigo, poderá determinar que o Banco Central da República do Brasil recuse autorização para o funcionamento de novas instituições financeiras, em função de conveniências de ordem geral.

§ 2º Competirá ao Banco Central da República do Brasil acompanhar a execução dos orçamentos monetários e relatar a matéria ao Conselho Monetário Nacional, apresentando as sugestões que considerar convenientes.

§ 3º As emissões de moeda metálica serão feitas sempre contra recolhimento (VETADO) de igual montante em cédulas.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional poderá convidar autoridades, pessoas ou entidades para prestar esclarecimentos considerados necessários.

§ 5º Nas hipóteses do art. 4º inciso I, e do § 6º do art. 49, desta lei, se o Congresso Nacional negar homologação à emissão extraordinária efetuada, as autoridades responsáveis serão responsabilizadas nos termos da Lei nº 1.059, de 10 de abril de 1950.

§ 6º O Conselho Monetário Nacional encaminhará ao Congresso Nacional, até 31

de março de cada ano, relatório da evolução da situação monetária e creditícia do País no ano anterior, no qual descreverá, minudentemente, as providências adotadas para cumprimento dos objetivos estabelecidos nesta lei, justificando destacadamente os montantes das emissões de papel-moeda que tenham sido feitas para atendimento das atividades produtivas.

§ 7º O Banco Nacional da Habitação é o principal instrumento de execução da política habitacional do Governo Federal e integra o sistema financeiro nacional, juntamente com as sociedades de crédito imobiliário, sob orientação, autorização, coordenação e fiscalização do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central da República do Brasil, quanto à execução, nos termos desta lei, revogadas as disposições especiais em contrário.

XXXII - regular os depósitos a prazo de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, inclusive entre aquelas sujeitas ao mesmo controle acionário ou coligadas. ([Inciso acrescido pelo Decreto-Lei nº 2.283, de 27/2/1986](#) e [com nova redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.290, de 21/11/1986](#))

Art. 5º As deliberações do Conselho Monetário Nacional entende-se de responsabilidade de seu Presidente para os efeitos do art. 104, nº I, letra " b ", da Constituição Federal e obrigarão também os órgãos oficiais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, nas atividades que afetem o mercado financeiro e o de capitais.

.....

.....

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição legislativa de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Hauly que cria o Fundo Nacional Pro-Água, de natureza contábil e financeira, cuja finalidade, nos termos do art. 1º, se concentra em constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de infraestrutura de saneamento básico, erradicação dos lixões e tratamento dos resíduos sólidos, observados o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nos termos do art. 2º do projeto, os objetivos do Fundo são constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União e oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social nas áreas supracitadas, sendo vedado a ele oferecer garantias, direta ou indiretamente.

O art. 3º estabelece, como recursos do Fundo: os recursos orçamentários; a receita oriunda de pagamentos de empréstimos efetuados por estados e municípios; a parcela dos royalties que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção; a receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei; os resultados

de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e outros recursos que lhe sejam destinados em lei.

Segundo o art. 4º, a política de investimento do Fundo tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações e assegurar sua sustentabilidade financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 1º. Essa política, segundo o art. 5º, será realizada pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo (CG Pró-Água), que terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Consta no § 2º do art. que “aos membros do CG Pró-Água caberá qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas atividades”. Entendemos ter havido aqui um lapso do autor, cuja intenção foi de indicar não ser cabível qualquer remuneração nesse sentido. A operacionalização do Comitê, por sua vez, será custeada pelo Fundo (§ 3º do art. 5º). Nota-se que o Comitê ora é denominado CG Pró-Água, ora CGFFNAE (em referência ao Fundo Nacional de Água e Esgoto que dá nome ao capítulo I da proposição).

O art. 6º estabelece as competências do Comitê, ao qual caberá definir: o montante a ser resgatado anualmente do Fundo, assegurada sua sustentabilidade financeira; a rentabilidade mínima esperada; o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos; e os percentuais mínimo e máximo de recursos a serem investidos em cada unidade da Federação e no município.

Segundo o art. 7º, a União, a critério do Conselho Gestor (provavelmente o autor pretendeu referir-se ao “Comitê de Gestão”), poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FNAE (o autor ora se refere ao Fundo Nacional Pró-Água, ora ao Fundo Nacional de Água e Esgoto – FNAE), as quais farão jus à remuneração pelos serviços prestados. O Fundo deverá ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas do inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595/1964.

O art. 8º, por fim, estatui que o descumprimento dos prazos previstos no art. 8º acarretará a suspensão do repasse de recursos da União, ou por ela controlados, bem como os incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade para o município. Aqui há uma impropriedade, tendo em vista que a proposição não fixou quaisquer prazos.

Na justificação, o autor menciona caso de sucesso no Estado do Paraná, onde a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano teve papel relevante para o desenvolvimento do sistema de saneamento básico, além de contribuir com o incremento de geração de emprego e do desenvolvimento sustentável daquele estado.

A proposição foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Urbano; Finanças e Tributação (mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). Tem regime de tramitação ordinária, está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, II, RICD), cabendo à CMADS avaliá-la sob o aspecto ambiental e de desenvolvimento sustentável.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O tema trazido ao debate desta Comissão é relevante e oportuno, mostrando pleno alinhamento com os debates traçados este ano no âmbito do 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília/DF. É preciso reconhecer que o aparato legal e normativo sobre o saneamento no Brasil é robusto e estipula regras sólidas para o gerenciamento da questão. A capacidade operacional para sua execução, por outro lado, deixa a desejar em muitos aspectos.

Os temas tratados no Projeto de Lei nº 4.868, de 2016, estão relacionados a três leis basilares, quais sejam: a Lei nº 9.433/1997 (“Lei das Águas”), a Lei nº 11.445/2007 (“Lei de Saneamento Básico”) e a Lei nº 12.305/2010 (“Lei de Resíduos Sólidos”). Embora consideradas avançadas em termos instrumentais, essas leis pouco têm alcançado em efetividade. Daí a necessidade de dar condições aos entes federativos para que cumpram suas funções precípuas, as quais terão forte apoio com a criação do fundo ora proposto.

A Lei de Resíduos Sólidos, por exemplo, fixou o prazo de 4 (quatro) anos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Como a lei entrou em vigor em agosto de 2010, esse prazo expirou em 2014 e, embora tenham ocorrido tentativas de prorrogação, todas foram frustradas. O descumprimento do prazo por

diversos prefeitos os coloca em situação delicada, pois mesmo sem condições concretas para solucionar o problema, estão sujeitos às penalidades pela inexecução.

Estados e municípios também encontram dificuldades técnicas e financeiras para elaboração dos planos de resíduos sólidos, que são condição para que os entes tenham acesso a recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

O cenário de crise econômica agrava ainda mais a situação, levando à total incapacidade dos governos de darem cumprimento aos prazos e mandamentos da legislação vigente. A criação de um fundo que represente fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de infraestrutura de saneamento básico, erradicação dos lixões e tratamento dos resíduos sólidos aparece, dessa forma, como uma tábua de salvação para as políticas em comento.

Diante disso, sendo meritória a proposta, naquilo que compete a esta Comissão opinar, manifesto-me **favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 4.868, de 2016**, na forma do substitutivo em anexo, que objetiva tão somente corrigir alguns vícios formais da proposta original, harmonizando sua nomenclatura.

Sala da Comissão, em            de            de 2018.

Deputado ARNALDO JORDY

Relator

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.868, DE 2016**

Cria o Fundo Nacional Pro-Água, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

### **CAPÍTULO I**

#### **DO FUNDO NACIONAL PRÓ-ÁGUA**

Art. 1º Fica criado o Fundo Nacional Pró-Água, de natureza contábil e financeira, com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização

de projetos e programas nas áreas de:

- I – infraestrutura de saneamento básico;
- II – erradicação dos lixões;
- III – tratamento dos resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os projetos e programas de que trata o *caput* observarão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 2º O Fundo Nacional Pró-Água tem por objetivos:

I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;

II - oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e programas nas áreas de infraestrutura de saneamento básico, erradicação dos lixões e tratamento de resíduos sólidos e de sustentabilidade ambiental;

Parágrafo único. É vedado ao Fundo Nacional Pró-Água, direta ou indiretamente, conceder garantias.

## CAPÍTULO II

### DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL PRÓ-ÁGUA

Art. 3º Constituem recursos do Fundo Nacional Pró-Água:

- I – recursos orçamentários;
- II – receita oriundos de pagamentos de empréstimos efetuados por Estados e Municípios;
- III – a parcela dos *royalties* que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção;
- IV – a receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;
- V – os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;

VI – outros recursos que lhe sejam destinados em lei.

### CAPÍTULO III

#### DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO NACIONAL PRÓ-ÁGUA

Art. 4º A política de investimento do Fundo tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 1º.

Art. 5º A política de investimentos do Fundo Nacional Pró-Água será realizada pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo (CG Pró-Água).

§ 1º O CG Pró-Água terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Aos membros do CG Pró-Água não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CG Pró-Água serão custeadas pelo Fundo.

Art. 6º Cabe ao CG Pró-Água definir:

I- O montante a ser, anualmente, resgatado do Fundo, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no em cada unidade da federação e no município;

Art. 7º A União, a critério do CG Pró-Água, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do Fundo Nacional Pró-Água, as quais farão jus à remuneração pelos serviços prestados.

Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em            de            de 2018.

Deputado ARNALDO JORDY  
Relator

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou, na forma do substitutivo em anexo o Projeto de Lei nº 4.868/2016, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Arnaldo Jordy.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Augusto Carvalho - Presidente, Carlos Gomes, Nilto Tatto e Arnaldo Jordy - Vice-Presidentes, Adilton Sachetti, Giovani Cherini, Heitor Schuch, Josué Bengtson, Leonardo Monteiro, Miguel Haddad, Ricardo Izar, Ricardo Tripoli, Roberto Balestra, Stefano Aguiar, Valdir Colatto, Jony Marcos.

Sala da Comissão, em 5 de dezembro de 2018.

Deputado AUGUSTO CARVALHO  
Presidente

### **SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI Nº 4.868, DE 2016** Cria o Fundo Nacional Pro-Água, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

#### CAPÍTULO I

#### DO FUNDO NACIONAL PRÓ-ÁGUA

Art. 1º Fica criado o Fundo Nacional Pró-Água, de natureza contábil e financeira, com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de:

- I – infraestrutura de saneamento básico;
- II – erradicação dos lixões;
- III – tratamento dos resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os projetos e programas de que trata o *caput* observarão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 2º O Fundo Nacional Pró-Água tem por objetivos:

I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;

II - oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e programas nas áreas de infraestrutura de saneamento básico, erradicação dos lixões e tratamento de resíduos sólidos e de sustentabilidade ambiental;

Parágrafo único. É vedado ao Fundo Nacional Pró-Água, direta ou indiretamente, conceder garantias.

## CAPÍTULO II

### DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL PRÓ-ÁGUA

Art. 3º Constituem recursos do Fundo Nacional Pró-Água:

I – recursos orçamentários;

II – receita oriundos de pagamentos de empréstimos efetuados por Estados e Municípios;

III – a parcela dos *royalties* que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção;

IV – a receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;

V – os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;

VI – outros recursos que lhe sejam destinados em lei.

## CAPÍTULO III

### DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO NACIONAL PRÓ-ÁGUA

Art. 4º A política de investimento do Fundo tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 1º.

Art. 5º A política de investimentos do Fundo Nacional Pró-Água será

realizada pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo (CG Pró-Água).

§ 1º O CG Pró-Água terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Aos membros do CG Pró-Água não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CG Pró-Água serão custeadas pelo Fundo.

Art. 6º Cabe ao CG Pró-Água definir:

I- O montante a ser, anualmente, resgatado do Fundo, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no em cada unidade da federação e no município;

Art. 7º A União, a critério do CG Pró-Água, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do Fundo Nacional Pró-Água, as quais farão jus à remuneração pelos serviços prestados.

Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 5 de dezembro de 2018.

Deputado AUGUSTO CARVALHO

Presidente

**FIM DO DOCUMENTO**